

INSTITUCIONALIZAÇÃO E DISCIPLINARIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA (INDÍGENA) BRASILEIRA: A CONTRIBUIÇÃO DE ARYON RODRIGUES

Angela Baalbaki

Doutora em Letras (UFF)

Professora adjunta do Departamento de Estudos da Linguagem (UERJ)

angelacf@bol.com

Luiz Felipe Andrade

Doutorando em Letras (CAPES/UERJ)

monitoria.ling@gmail.com

Thiago de Souza Andrade

Graduando em Letras (UERJ)

Bolsista de Estágio Interno Complementar (CETREINA – UERJ)

thiago3@globo.com

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar alguns aspectos relacionados à institucionalização e à disciplinarização de um campo de saber, a Linguística Indígena. Adota-se como referencial teórico as noções produzidas no interior da Análise do Discurso de linha francesa, assim como formulações da História das Ideias Linguísticas, com destaque aos autores Auroux (1992) e Chiss e Puech (1995) – sobretudo como esses estabelecem o modo de emergência disciplinar. Busca-se determinar o lugar da Linguística Indígena como possível fundadora de uma disciplinarização e institucionalização da Linguística no Brasil. Assinalamos, então, a contribuição de alguns linguistas e, em especial, a figura de Aryon Rodrigues.

PALAVRAS-CHAVE: institucionalização, disciplinarização, linguística indígena.

ABSTRACT

The object of this work is to present some aspects related to institutionalization and disciplinarization of a field of knowledge, the indigenous language. We adopt as a theoretical reference some notions produced within the French Analysis of Discourse, as well as formulations of the History of Linguistic Ideas, with emphasis on authors' formulations as Auroux (1992) and Chiss and Puech (1995) - especially as those establish the emergency mode of a discipline. The second aim is to determine the place of indigenous linguistics as possible foundress of a disciplinarization and institutionalization of Linguistics in Brazil. We note, then, the contribution of some linguists and, particularly, the figure of Aryon Rodrigues.

KEYWORDS: institutionalization, disciplinarization, indigenous linguistics.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo, a partir da documentação linguística sobre línguas indígenas e acontecimentos institucionais, compreender a sua emergência disciplinar e seus principais domínios fundadores. Destacamos, no desenvolvimento desse processo, a atuação do professor e pesquisador Aryon Dall’Igna Rodrigues como um nome proeminente.

Na primeira parte do artigo, apresentaremos os primeiros estudos de línguas indígenas, ainda no período colonial, com a produção de gramáticas e dicionários produzidos por missionários jesuítas. A gramatizaçãoⁱ dessas línguas pode ser compreendida como um caso de exogramatizaçãoⁱⁱ, realizada pelos missionários e por alguns pouquíssimos colonos (e não pelos indígenas), através da qual foram gramatizadas línguas que, entre outras características, eram significadas pela ausência da escrita. A título de exemplificação, podemos apresentar um trecho de uma carta da Cidade de Salvador do padre jesuíta João Azpilcueta Navarro: “Nesta capitania achei um homem de boas partes antigo na terra, e tinha dom de escrever a língua dos Índios [...]” (NAVARRO, 1551 *apud* RODRIGUES, 1998, 62). Esse processo de exogramatização propiciou a construção de línguas gerais – línguas construídas por jesuítas com base na gramática latina, o que acabou por produzir “a disciplinarização da Língua Tupi”, como denunciou Câmara Jr. (*apud* SOUZA, 2010, p.129). À tal busca da língua ideal (o latim) nas línguas indígenas e ao uso amplo das línguas gerais, pode-se tributar, em parte, o “linguicídio” (AUROUX, 1992), isto é, o desaparecimento de uma grande quantidade de línguas indígenas, muitas das quais a que só temos acesso através dos textos coloniais.

Além da documentação produzida pelos missionários jesuítas, os relatos dos viajantes e pesquisadores naturalistas também se tornaram foco de nossas reflexões. É interessante

registrar que em tais relatos aparecem comentários sobre os habitantes e as peculiaridades do país, sendo construído um saber de tipo enciclopédico. De fato, uma prática de produção de saber relacionada a práticas colonizadoras.

Em segundo momento, questionando sobre a emergência disciplinar (CHISS e PUECH, 2005) da Linguística Indígena, intentamos estabelecer uma relação entre os estudos em línguas indígenas e o advento da Linguística no Brasil. Essa relação, observando-se a espessura temporal da produção de um certo saber linguístico, possui tanto um horizonte de retrospectiva (memória) quanto de projeção (AUROUX, 1992). Nesse horizonte, algo retorna, irrompe; há rupturas e continuidades; há movência. Outro aspecto relacionado à disciplinarização da Linguística Indígena no Brasil é a ação do Summer Institute of Linguistics (SIL), suas principais pesquisas e efeitos para a área. Nesse ponto, é relevante demonstrar a importância dos acordos realizados entre o SIL e o Museu Nacional, com destaque à posição do professor Mattoso Câmara, como também o acordo com a Universidade de Brasília (UnB), com referência ao professor Aryon Rodrigues.

Na terceira parte do artigo, sem o intuito de estabelecer uma biografia acadêmica do professor Rodrigues, pretendeu-se, a partir de comentários de algumas de suas obras, apontar o referido pesquisador como um dos principais especialistas da área, não apenas ratificando sua importância nos estudos de línguas indígenas, mas tomando como a figura de um (co)fundador (CHISS e PUECH, 1995). Para tanto, apontou-se a importância do *arquivo* para a institucionalização e a cientificidade do campo da Linguística Indígena, tomando-se a “construção” do objeto e do olhar do pesquisador como elementos fulcrais.

Cumprido, porém, destacar que, a partir do quadro teórico em que nos respaldamos na relação posta entre a Análise do Discurso e a História das Ideias Linguísticas, não consideramos a autoria dos trabalhos de Rodrigues, imputando-lhe um valor individual,

equivalente ao do sujeito/autor empírico Aryon Rodrigues. O autor em si é considerado um efeito do discurso: um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2006, p.26) e, como tal, tem uma função na institucionalização e na disciplinarização de um campo científico. Se damos à figura de Aryon Rodrigues a devida importância que lhe cabe, não o fazemos apenas como devedores das suas realizações acadêmicas e institucionais, mas como reconhedores de que seu nome exerce a função de impor unidade aos nós dispersos de uma área dos estudos da linguagem.

A HISTORICIZAÇÃO E A MEMÓRIA DOCUMENTAL: PRIMEIROS ESTUDOS SOBRE LÍNGUAS INDÍGENAS

O início dos estudos a respeito das línguas indígenas tem sua origem em paridade à história contada acerca do descobrimento do Brasil. A chegada de Cabral e sua esquadra no século XVI desenvolveu série de conflitos socioculturais entre habitantes do novo e velho mundo. Em termos linguísticos, sabemos que o português já desempenhava o papel de língua oficial do reino de Portugal. Entretanto, os nativos habitantes do além-mar falavam línguas desconhecidas, e muito distintas, daqueles que os europeus já haviam tido contato, tais como o latim, o grego e os vernáculos românicos.

Segundo Ribeiro (1995), os dados mostram que, na chegada dos portugueses ao território brasileiro, existiam cinco milhões de indígenas falantes de 1273 línguas. Todavia, nossa cultura popular tem como referência apenas os índios da tribo Tupi (ou Tupinambá). Acreditamos que essa referência dialoga com a necessidade criada – desde o

“descobrimento” do Brasil – de constituir uma homogeneidade étnica e linguística da população que habitava o Brasil para preservação de uma unidade do território conquistado.

A leitura de “O conceito de língua indígena no Brasil I: os primeiros cem anos (1500-1650) na Costa Leste” (RODRIGUES, 1998) nos permite reconhecer que, no que concerne à Linguística, esse desenho homogêneo é marcado com a concentração da dedicação ao entendimento e estudo do Tupinambá. Fernão Cardim, em 1584, mencionou 68 idiomas diferentes relacionados ao Tupinambá numa dimensão geográfica correspondente aos estados de Sergipe ao Rio de Janeiro. Portanto, ao chegar ao território brasileiro, os portugueses estabeleceram um primeiro contato com este povo mencionado. Portanto, acreditamos que assim o Tupi (ora chamado de Tupinambá, ora língua brasílica) ganhou o prestígio de língua indígena única.

Rodrigues (1998) estabelece que a necessidade da compreensão do falar dos nativos surge como a motivação inicial dos estudos vigentes do Tupinambá nos primeiros séculos da colonização. Considera ainda que todo esse processo está vinculado à proposta de aprender os costumes, entre eles, a língua dos indígenas. Essa dinâmica sincretizaria, portanto, um modelo do *modus operandi* da colonização portuguesa. O referido autor também nos propicia compreender os primeiros contatos do aprendizado desta língua pelos colonos, tudo a partir de trechos, separados pelo linguista, de cartas e informações vindas dos jesuítas. Há, nesses relatos, demonstrações que uns aprendiam mais que outros. E, ainda, a presença de intérpretes para os que tinham uma maior dificuldade no contato com a língua.

À medida que o falar dos nativos minimiza seu *status* de desconhecido, começam a ser gerados estudos linguísticos mais aprofundados sobre o Tupinambá. Eis que nesse momento surgem duas figuras que serão de grande importância à construção do discurso documentalⁱⁱⁱ

das línguas indígenas brasileiras: o padre José de Anchieta publicou, em 1595, a primeira gramática do Tupi,¹; e o padre Luis Figueira, em 1621, criou semelhante publicação.

A obra de Anchieta é estabelecida como a primeira gramática em território nacional. A imagem de língua evidenciada por Anchieta é desenvolvida através do uso, o que pode explicar a postura de Rodrigues (1993), ao dizer que essa gramática tem uma finalidade extremamente descritiva e não prescritiva. Por outro lado, é preciso mencionar que a produção do jesuíta estabelece uma relação próxima aos modelos de gramáticas elaboradas pelos capuchinhos na Europa nos séculos XIV e XV. No entanto, Anchieta se propôs a estabelecer uma relação com essas práticas latinas, mas dimensionando a necessidade da comunicação que a situação exigia.

A produção de Anchieta projetou um imaginário sobre língua Tupinambá que paira sobre uma determinada maneira de discursivizar diferenças tipológicas entre as línguas indígenas (Tupinambá) e a língua do branco (português). Rodrigues (1998) dá destaque, ainda sobre a gramática de Anchieta, à observação e à descrição dos aspectos fonológicos e gramaticas, mencionando, que o jesuíta foi o primeiro autor a utilizar terminologias e termos técnicos. Estes, segundo o linguista brasileiro, seriam aportuguesamentos das línguas clássicas. Dessa forma, o autor da “Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil” parece inaugurar o processo de instrumentação linguística de línguas indígenas do século XVI.

Em 1621, menos de um século depois, o também padre Luis de Figueira, cria uma publicação de mesma dimensão de Anchieta. Entretanto, estudos apontam que o jesuíta, ao publicar sua gramática, ignora o antecessor no prólogo da primeira edição. Apesar de tudo, Rodrigues (1998) aponta que as diferenças param por aí: “Não é que a língua tivesse mudado, pois tudo que descreve Figueira é essencialmente o mesmo que havia descrito

Anchieta. A diferença entre as duas gramáticas está na maior clareza do texto de Figueira” (RODRIGUES, 1998, p. 72). Consideramos, contudo, que esse silenciamento pode sugerir uma ruptura no horizonte de retrospectção do saber sobre línguas indígenas.

Voltando ao fio da narrativa histórica nacional, a colonização brasileira é também conhecida pelos movimentos de entradas e bandeiras. Tais acontecimentos tinham como objetivo a expansão territorial em busca de riquezas. Já nessa época, segundo Borges (2001), o compadrio passa a ser uma importante forma ritual e institucional da formação dos laços familiares no Brasil. A partir dessa dinâmica, associada às ações missionárias e ao comércio, o Tupi colonial é disseminado e enraizado linguisticamente no país. Nesse momento, então, acirra-se o conflito linguístico entre a língua do bandeirante – o português e a língua do nativo.

É a partir dessa conjuntura que surgem os primeiros indícios da circulação das línguas gerais no território brasileiro. Sua formação é centrada na base indígena (Tupi) agregada a valores do português. Essas línguas teriam seu “centro de disseminação” em São Paulo (língua geral paulista – simplificada por LGP) e na Amazônia (Nheengatu). Vale destacar que não há padronização do nome pelo qual é designada uma mesma língua indígena no seu processo de fixação e representação das línguas indígenas no território nacional por diversas vezes, a LGP aparece como Tupinambá, Tupi ou língua brasílica. Essa multiplicidade de nomes parece indicar certa relação polêmica no modo de distribuição do campo de pesquisa.

Após a imersão jesuítica e a proposta da colonização-catequista do Brasil, instaura-se outra fase sobre as línguas indígenas no Brasil. Mattoso Câmara (*apud* LEITE, 2007) afirma que esse período pode ser dividido em dois movimentos. Em um primeiro momento, que fora denominado de Filologia Tupi, os estudiosos montaram análises dos dados adquiridos

no período das missões durante a colonização brasileira. Um segundo movimento estaria relacionado com estudos focados em contatos com as línguas (e as tribos). Os pesquisadores acabavam entrando em contato com as tribos locais e, mesmo sem formação técnica linguística, realizavam descrições simples da língua, com lista de palavras e excertos gramaticais. Em outros termos, a língua passa a ser delimitada por esses instrumentos.

Nesse momento, portanto, foram delimitadas as principais famílias linguísticas brasileiras: Tupi, Jê, Pano e Karib. Em outros termos, por meio dos estudos de ciências naturais inicia-se o interesse pelas línguas distintas do Tupi. Segundo Seki (1999), o material produzido nessa época acabou servindo de base para o início da classificação de nossas línguas, como também, em alguns casos, é a única forma documentada de línguas já extintas.

Podemos observar que os registros documentais têm uma importância no que compete à historicidade dessas línguas. Esses trabalhos estabelecem uma forma de documentar estudos já realizados, além de possibilitar a efetivação de comparações com a atualidade. Diferentemente das condições de produção das gramáticas e dicionários produzidos pelos jesuítas no início da colonização brasileira, para os naturalistas e viajantes não havia interesse meramente linguístico nos estudos dessas línguas. Se antes tínhamos um contexto religioso, esse paradigma “cede o lugar” para outra forma de construção de saber linguístico, fundamentada em uma visão enciclopédica dita científica, natural, diferente daquela de base humanística.

Consideramos pertinente tomar esses textos dos missionários e viajantes como uma série de dizeres que constitui uma memória documental (NUNES, 2008) – um espaço de estratificação de formulações, sujeitas à repetição. Memória esta que funda o horizonte de

retrospecção da Linguística Indígena brasileira e que aponta para possibilidades de retomadas e de antecipações de dizeres sobre as línguas indígenas.

ACONTECIMENTOS INSTITUCIONAIS E DISCIPLINARIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA

Consideramos que o discurso documental sobre línguas indígenas podem construir um horizonte de retrospecção em relação à institucionalização e disciplinarização da Linguística Indígena no Brasil. Tanto obras dos jesuítas quanto dos viajantes e naturalistas constituem a espessura temporal da construção de saber sobre línguas indígenas. As instâncias que fazem trabalhar a construção do saber não extinguem o seu passado; mas organizam, escolhem, esquecem, imaginam, antecipam (AUROUX, 1992). Em nosso ponto de vista, compreendemos que essas instâncias podem ser consideradas acontecimentos históricos, legais, administrativos. Com a proibição da utilização da língua geral promovida pelo Diretório dos Índios (1755) – um acontecimento legal – ocorreu a institucionalização oficial da Língua Portuguesa no Brasil e, em consequência, o foco da gramatização recaiu sobre essa língua – pontuando diferenças nos processos linguísticos em Portugal e no Brasil. O gesto do Estado propiciou a difusão da imagem do Brasil como um país monolíngue (SEKI, 1999) e um hiato na produção de instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários de línguas indígenas brasileiras); situação que só foi retomada com a institucionalização da linguística como uma disciplina nos cursos de Letras, como veremos mais adiante.

Chiss e Puech (1995) afirmam que a legitimação de uma disciplina delimita o seu objeto. Ao fazê-lo, acaba por circunscrever e descrever seus domínios; validando, portanto, o lugar desse objeto e o seu horizonte de projeção. Por exemplo, nos textos fundadores, o

modo da emergência disciplinar da linguística geral e do estruturalismo, é possível estabelecer três modalidades de ancoragem: filiação empírica; demarcação disciplinar; (re)fundação conceitual - figura de um fundador.

Na primeira modalidade, deve-se reivindicar a continuidade de uma tradição de uma escola de pensamento ou uma corrente instalada. Tal emergência disciplinar estava atrelada a um determinado paradigma de produção de conhecimento linguístico que considerava a língua uma estrutura abstrata. Essa perspectiva teórica concedeu uma visada dita científica (que por sinal já trazia no relato dos viajantes uma tendência). Ao considerar, mesmo que parcialmente, essa modalidade, convém dizer que, em relação aos estudos das línguas indígenas brasileiras, os trabalhos dos estruturalistas norte-americanos exerceram grande vulto. Dito de outra forma, a Linguística Indígena tornou-se um campo fértil de influência do estruturalismo norte-americano.

Na segunda modalidade, observa-se uma divisão e uma demarcação disciplinar temporal que permite sua ancoragem em um campo diferencial no qual negocia autonomia e articulações possíveis. Guimarães (2004) ressalta que “a constituição da linguística se faz institucionalmente fora da continuidade dos estudos do português, mas terá repercussão efetiva nestes estudos, além, é claro, de ter com eles forte embate” (GUIMARÃES, 2004, p.38). Essa institucionalização – necessária para fundamentar um campo científico – poder-se-ia fazer fora, mas ainda assim em tensão com os estudos do português. Afinal, a disciplinarização de um campo do saber consolida posições políticas.

A última modalidade está centrada na fundação conceitual ou na figura de um precursor – um fundador que legitima uma (re)fundação por reapropriação ou reação. O processo de emergência disciplinar da Linguística parece estar interligado à produção de

determinados pesquisadores sobre línguas indígenas brasileiras. Ainda que carecendo de visibilidade, podemos dizer, por meio das palavras de Seki (1999), que

Chama a atenção o fato de que, desde o início, em vários eventos relacionados à implantação da Linguística nomes como Rosário F. Mansur Guérios, Aryon Rodrigues, Mattoso Câmara, interessados no estudo de línguas indígenas, tenham tido um papel relevante (p. 263).

Nas contribuições teóricas de Chiss e Puech (1995), entende-se a existência de um predecessor ou a figura de um (co/re)fundador que “construiria” a ilusória imagem de um campo homogêneo e unificado, que organizaria os variados domínios disciplinares (aparentemente sem tensões) de forma a garantir sua “integração”. Curioso, no entanto, pensar que, paradoxalmente, aos seus possíveis fundadores apagam-se, sob um regime de invisibilidade, o modo de apresentação histórica da Linguística brasileira como disciplina apartada de uma tradição de estudos de línguas indígenas.

O contexto de emergência disciplinar da Linguística no Brasil também está vinculado a alguns acontecimentos institucionais (GUIMARÃES, 2004), como a organização do setor de linguística da divisão de Antropologia do Museu Nacional, tendo como responsável Mattoso Câmara. Essa organização foi marcada, sobretudo, pelo acordo lavrado como *Summer Institute of Linguistics* (SIL) – atualmente conhecido como *International Institute of Linguistics*. Sabe-se que a parceria entre as duas instituições teve início em 1956 (SEKI, 1999; SOUZA, 2010), mas que somente em 1959, após diversas tentativas sem sucesso de um acordo com o governo brasileiro, foi oficializado um convênio entre o SIL e o Museu Nacional – um ano após o reconhecimento do setor de Linguística. O convênio durou cerca de 25 anos.

A instituição estadunidense teria como tarefas: realizar documentação das línguas indígenas brasileiras; e contribuir na formação de linguistas brasileiras, uma vez que dentro da nossa academia, naquele período, não se contemplavam os estudos voltados a descrições

de línguas. O SIL contribuiu, em parte, com a documentação das línguas indígenas. A grande questão, nessa situação, é que esses documentos colhidos pelo SIL não circularam na academia brasileira. Além disso, os seus linguistas não deixaram espaço para que os linguistas brasileiros pudessem atuar juntamente a eles, anulando qualquer tipo de integração. Após décadas de inserção do SIL, mostrou-se que “o grande ideal do Summer era a evangelização de um lado e o menor número possível de versões da bíblia em língua indígena” (SOUZA, 2010, p.127).

Apesar de, no acordo, o lugar destinado ao Museu Nacional ter sido aquele da atividade burocrática e/ou técnica (de arquivamento de dados) e da vertente evangelizadora do SIL, Souza (2010) pondera que o instituto impulsionou, em certa medida, o desenvolvimento da Linguística no Brasil. Não apenas instituições acadêmicas, mas modelos novos de análise foram contemplados através da diversidade teórica que se instaurou no país. Os estudos indígenas na pós-graduação começam a ser institucionalizados e novos rumos em descrição linguística foram se consolidando.

Em relação ao convênio acertado entre o SIL e a UnB, realizado na década de 1960, destacamos o papel de Aryan Rodrigues. Em termos de institucionalização do saber linguístico e da disciplinarização da área, convém lembrar que o curso de verão ministrado por ele resultou em um mestrado em Linguística.

Resumidamente, Souza (2010) destaca duas consequências desse acordo, a saber: a) certo desenvolvimento em pesquisas em Linguística Indígena; e b) implementação de cursos de especialização em Linguística. Tanto o acordo com o SIL quanto o curso de Linguística Aplicada às línguas indígenas, oferecido pelo setor de linguística do Museu Nacional e ministrado no final da década de 1950, “evidenciam que o investimento na formação de linguistas no Brasil se inicia com o estudo das línguas indígenas” (SOUZA, 2010, p. 125).

UM HORIZONTE DE PROJEÇÃO: AS PESQUISAS DE ARYON RODRIGUES

Ao traçar um panorama dos estudos das línguas indígenas no Brasil, Seki (1999) observa que “o campo da Linguística Indígena foi um dos que mais tardaram em se constituir na Linguística Brasileira” (p.263), o que, diante da narrativa histórica que vimos traçando neste artigo, pode parecer um pouco paradoxal. Ora, foram justamente as línguas indígenas, primeiro objeto de descrição linguística empreendida em período “pré-científico” (do século XVI ao XIX), que motivariam a criação de núcleos de pesquisa, concomitantemente à implantação da Linguística no país. Além disso, foi uma tese sobre a língua Tupinambá que deu o primeiro título de doutor em linguística a um brasileiro: Aryon Dall’Igna Rodrigues, em 1959. Rodrigues foi também o primeiro chefe do Primeiro Departamento de Linguística criado em uma universidade brasileira (a UnB, em 1963) e um dos responsáveis pela criação do primeiro programa de pós-graduação na área, também na UnB.

Descrever o currículo do professor Aryon Rodrigues, em seus quase setenta anos de vida acadêmica, é, de certa forma, descrever o caminho e a institucionalização da Linguística Indígena como campo científico, no Brasil. A própria delimitação de um objeto de pesquisa não constitui um campo de estudos: não bastariam para afirmarmos a existência de uma Linguística Indígena as diversas gramáticas e os dicionários escritos por missionários e viajantes ao longo de nossa história, nem mesmo a simples aplicação de uma metalinguagem e um procedimento metodológico controlado (“científico”).

Ao falarmos de institucionalização dos estudos da linguagem, entendemos que uma instituição se configura por textualidades (gramáticas, dicionários, artigos acadêmicos,

manuais) que obedecem a um conjunto de restrições discursivas, ao mesmo tempo em que produzem a instituição, têm por ela garantida sua unidade e legitimidade (PFEIFFER, 2007).

Aryon Rodrigues participou da criação de uma série de centros de pesquisa, programas de pós-graduação e associações de linguistas no Brasil – dentre as quais, a ABRALIN, de que foi o primeiro presidente. Além disso, foi professor de diversas universidades, dentro e fora do país: UnB, UFRJ, Unicamp, UFPR, onde teve ativa participação na implementação de cursos de pós-graduação e de grupos de pesquisa de Linguística Indígena.

Note-se que, antes mesmo de se constituírem como campo, os estudos de línguas indígenas propiciaram a institucionalização da Linguística Brasileira – que se deu em oposição à Gramática. Ao tratar da autoria na passagem dos estudos gramaticais aos estudos linguísticos, Orlandi aponta que “a questão posta pela língua migra de uma posição diretamente política e intelectual para tornar-se cada vez mais uma questão explicitamente científica” (*apud* LAGAZZI-RODRIGUES, 2002, p.13-14). A institucionalização da Linguística se respalda em discursos em que o apagamento da relação entre o científico (o saber) e o político. E, para tanto, vale-se inicialmente de padrões de cientificidade oriundos das ciências naturais, fundamentados em um modelo positivista.

Em artigo intitulado “ Tarefas da Linguística no Brasil”, de 1966, o Professor Rodrigues afirmava que “as línguas indígenas constituem [...] um dos pontos para os quais os linguistas brasileiros deverão voltar a sua atenção. Tem-se aí, sem dúvida, a maior tarefa da linguística no Brasil” (*apud* MONSERRAT, 2002, p.5). Ainda não há distinção de um campo específico para a realização desta tarefa, pelo contrário: dela parece alimentar-se a própria Linguística como um todo, uma vez que, ainda segundo Rodrigues, “cada nova língua que se investiga traz novas contribuições à linguística” (*apud* MONSERRAT, 2002, p.5).

As línguas indígenas serviam, no Brasil, como nos Estados Unidos, à implementação da linguística como uma ciência. O estruturalismo americano, cujos estudos seguiam os primeiros linguistas brasileiros, dentre os quais Mattoso Câmara Jr. e o próprio Aryon Rodrigues, evitava ao máximo o uso de conceitos e conhecimentos prévios. Não à toa, imbuíu-se especialmente da tarefa de descrever as línguas ágrafas: estas seriam o *corpus* por excelência de uma Linguística que visa construir a descrição de línguas *ab ovo*. Para tanto, usava-se de um método científico controlado para organizar o material, sem dispor – ao menos inicialmente – de conceitos oriundos das gramáticas latinas e sem valer-se de apriorismos de natureza universalizante.

Nos seus mais de sessenta anos dedicados à vida acadêmica, Rodrigues publicou mais de 110 trabalhos e orientou mais de 50 alunos de mestrado e doutorado, abrangendo com isso estudos sobre um grande número de línguas indígenas (D'ANGELIS, 2006), cujos dados coletados mantinha cuidadosamente. Da sua primeira viagem de pesquisados Kaingang de Mangueirinha, em 1951, alguns resultados de pesquisa ainda viriam a ser publicados mais de cinquenta anos depois (RODRIGUES, 2012).

Em artigo “Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil”, Rodrigues fala sobre as dificuldades do trabalho etnolinguístico e, principalmente, sobre a importância da documentação e da criação do arquivo.

As línguas são objetos fugidios, cujas manifestações faladas são momentâneas e se sucedem em alta velocidade, de modo que sua observação e sua análise científica dependem normalmente de uma fixação. Esta é obtida mediante a escrita, que se desenvolve primeiramente como descrição fonética dos enunciados ouvidos pelo pesquisador, frequentemente gravados eletronicamente para poderem ser repetidos com precisão, e progride para uma representação fonológica mais abstrata, que permite registrar com fidelidade os dados relevantes para a análise gramatical e a interpretação semântica (RODRIGUES, 2005, p.36).

Nota-se a preocupação com a criação de um arquivo. E assim o tomamos sob uma dupla concepção: de um lado, a ideia de um conjunto de documentos guardados para memória e testemunho de fatos (no caso, fatos linguísticos); de outro, a noção foucaultiana de arquivo como “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o surgimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, 2008, p.147).

Por um lado, o arquivo funciona como o discurso documental e cabe ao analista do discurso, interessado na História das Ideias Linguísticas, ler os documentos de arquivo, uma vez que esta ação “conduz a explicitar os gestos de interpretação que subjazem a sua elaboração, evitando-se reproduzir uma história já dada, fixada, e mostrando seu processo de construção” (NUNES, 2008, p.82). Observe-se, assim, que para se transformar o “objeto fugidio” da língua em um objeto de pesquisa, isto é, torná-lo apto à pesquisa, deve-se fixá-lo. A fixação do objeto se dá pela “transmutação” do oral em escrito – chamamos a isto transmutação, e não apenas mudança de registro, porque se dá pela inclusão de um objeto naturalmente não passível de representação gráfica (uma língua indígena) no sistema alfabético da língua do pesquisador, em duas etapas: a primeira, pela notação fonética padronizada (“fiel”, nas palavras de Rodrigues) e a segunda, pela “representação fonológica”, passando-as assim para o alfabeto romano^{iv}. Observe-se que a passagem da “notação científica” (em alfabeto fonético) ao alfabeto padrão é considerada uma progressão (“progride para uma representação fonológica mais abstrata”). Com isso, não se dá apenas a fixação do objeto, mas se confere à língua ágrafa um estatuto político diferenciado: ela passa, pela representação alfabética, a compor o universo das línguas consideradas de cultura.

Desta forma, também se opera outra modificação: a enunciação e seus produtos, os enunciados (“manifestações faladas momentâneas”), são limpos de seu contexto de fala e

das relações discursivas que os englobam para tornarem-se objeto fixo, puro, “dados relevantes para a análise gramatical e a interpretação semântica”. Todo um caminho visa à transmutação da língua em objeto científico, passível de compor o arquivo, de modo a fazer com que os enunciados sejam enquadrados segundo a lei do arquivo.

Continuando em sua exposição sobre a documentação científica, Rodrigues afirma que “o linguista treinado para efetuar essas operações tem de ter acesso a falantes nativos da língua” (RODRIGUES, 2005, p.36). Observe-se que, rapidamente, o autor aponta para aquilo que permite à Linguística Indígena dar suporte à institucionalização da Linguística brasileira e, ainda, sua própria legitimação como campo do saber. Primeiramente, pelo treinamento do linguista (sua técnica, seus conhecimentos teóricos), depois pela coleta de dados direta, *in loco*, mas uma coleta organizada pela técnica. A lei de construção do dado participa, desde o início, das relações entre pesquisador e falantes, a língua – como será descrita – já figura no contato com aquelas “manifestações faladas momentâneas” pelo olhar do pesquisador.

Destarte, seria atingido outro objetivo, preocupação constante de Rodrigues face à ameaça de desaparecimento de diversas línguas indígenas. De acordo com suas pesquisas, em 1993, cerca de 75% das línguas que se falavam no Brasil na época da chegada da esquadra de Cabral desapareceram. Haveria hoje de 160 a 180 línguas indígenas faladas no país, todas com uma população bastante baixa de falantes (o Tikuna, língua indígena mais populosa do país, teria apenas 18 mil falantes).

Em simpósio sobre “Línguas em perigo de extinção no Brasil”^v, Rodrigues (1993) chama atenção para a importância do estudo destas para que possamos atingir um conhecimento da linguagem em geral, mas também para o fato de que

Dado o papel instrumental que desempenha no desenvolvimento, manutenção e transmissão da cultura, a língua é o único meio que antropólogos têm para acessar muitos aspectos básicos da cultura. Isto vai naturalmente muito além do uso da língua indígena para comunicação no trabalho de campo, mas cobre áreas de conhecimento como taxonomias (de plantas, animais, seres humanos, etc.), saúde, organização social, religião/xamanismo, mitologia, cosmologia, etc. (RODRIGUES, 2014, p.453, tradução nossa).

Nesse sentido, aponte-se a importância do trabalho de Rodrigues não apenas no que diz respeito à descrição formal das muitas línguas indígenas que estudou, mas também a uma preocupação política, engajada na preservação do conhecimento dos povos que dela se serviam. Por isso, a forte preocupação com a preservação dos dados e a meticulosa notação por meio da qual sobreviveriam.

Uma série de publicações acadêmicas de bastante relevância para a área vem prestar homenagem ao trabalho empreendido por Aryon, consolidando seu nome como aquele que recobriria a função do fundador ao qual Chiss e Puech (1995) fazem menção. Destarte, já na década de 1990, com a publicação do volume 18 do *Caderno de Estudos Linguísticos*, organizado por Lucy Seki, começa a se construir um campo homogêneo em torno de sua figura, o que apenas se reforça, após com sua morte, com a publicação do número especial da revista *D.E.L.T.A*, vol.30, organizada por Marcus Maia e Stella Telles. Nele, um prólogo assinado pela editora Leila Bárbara, vem ratificar nossa hipótese, ao agradecê-lo por ser “um dos principais iniciadores da Linguística brasileira” e contribuir “para a introdução da Linguística nas Universidades brasileiras e decisivamente para os estudos das línguas indígenas do Brasil” (BARBARA, 2014, p. I).

CONCLUSÕES

Qual seria o modo de apresentação da Linguística Indígena no Brasil? Consideramos pertinente à exposição de alguns acontecimentos, sugerindo deixar, contudo, lacunas para que outros aspectos da disciplinarização possam legitimar e apontar futuras projeções. O que nos parece relevante não é apenas encontrar origens, marcar o início ou narrar sua história-ficção do surgimento, mas mostrar como a Linguística Indígena se transforma em um campo científico de referência.

Nesse processo, a produção acadêmica e a importante contribuição do Professor Aryon Rodrigues, no estabelecimento de centros de pesquisa e de associações de linguistas, despontam o seu nome já como um elemento agregador, que confere unidade e legitimidade a este campo dos estudos da linguagem. Sob sua figura, as línguas indígenas são iluminadas em um regime diverso de visibilidade.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.
- BARBARA, L. "Uma palavra inicial". *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.30, n. especial, 2014, p. I.
- BORGES, Luiz. C. "A instituição de línguas gerais no Brasil". In: ORLANDI, E. (Org.). *História das ideias linguísticas*. Campinas: Pontes; Mato Grosso: Unemat, 2001. p. 199-222.
- CHISS, J.-L.PUECH, C. L. "Linguistique structurale, du discours de fondation à l'émergence disciplinaire". *Langage*, Paris, n. 120, p. 106-126, dez., 1995.
- D'ANGELIS, Wilmar R. *Aryon das Línguas Rodrigues. Estudos da língua(gem)*, Vitória da Conquista, v.4, n.2, 2006, p.13-19.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GUIMARÃES, Eduardo. "Acontecimentos institucionais e estudos do português". In: ____ *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004, p.27-49.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. "A língua portuguesa no processo de institucionalização da linguística". In: ORLANDI, Eni P.; GUIMARÃES, Eduardo (orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas*. Campinas: Pontes, 2002. p.13-22.

LEITE, Yonne. F. "Línguas Indígenas Brasileiras e a Esperança de um Futuro". In: *IV Congresso de Letras da UERJ-SG, 2007*, São Gonçalo. Anais do IV CLUERJ-SG. São Gonçalo: Botelho, 2007.

MONSERRAT, Ruth. Prefácio. In: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 5-7.

NUNES, José Horta. "A gramática de Anchieta e as partes do discurso". In: GUIMARÃES Eduardo. (Org.). *Língua e cidadania*. Campinas, 1996, p. 139-150.

_____. "O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários". *Alfa*, São Paulo, v.52, n.1, 2008, p.81-100.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista, discurso do confronto: velho e novo inundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. "A linguística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização, uma questão de política linguística". In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007. p. 19-33.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. "Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas". *D.E.L.T.A.* São Paulo, 1993, v. 9, n. 1, p.83-103

_____. "O conceito de língua indígena no Brasil, I: os primeiros cem anos (1550- 1650) na Costa Leste". In: *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, São Paulo: Pontes, (1), 1998.

_____. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. "Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil". *Ciência e cultura*, São Paulo, v.57, n.2, 2005, p.35-38.

_____. "Classificação social dos animais em Kaingáng". *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v.4, n.2, 2012, p.289-297.

_____. "Endangered languages in Brazil". *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.30, n. especial, 2014, p.447-463.

_____. ; CABRAL, Ana Suelly A. C. (org.) Apresentação. In: _____ *Novos estudos sobre línguas indígenas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, p. 7-8.

SEKI, Lucy. “A linguística indígena no Brasil”. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 15, n. especial, 1999, p. 257-290.

SOUZA, Tania. C. C. “O estudo das línguas indígenas e o Setor de Linguística do Museu Nacional - 1956-1960”. In: MARIANI, Bethania; VANISE, Medeiros. (Orgs.). *Ideias linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: RG Editora, 2010, p. 123-132.

Recebido em 31 de março de 2016.

Aceite em 03 de novembro de 2016.

Como citar este artigo:

BAALBAKI, Angela; ANDRADE, Luiz Felipe; ANDRADE, Thiago de Souza. Institucionalização e disciplinarização da Linguística (Indígena) brasileira: a contribuição de Aryon Rodrigues. *Palimpsesto*, Rio de Janeiro, Ano 15, n. 23, jul-dez 2016. p.571-591. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num23/dossie/palimpsesto23dossie07.pdf>>. Acesso em: dd mmm. aaaa. ISSN: 1809-3507.

ⁱ Aqui gramatização é compreendida como, de acordo com a formulação de Auroux (1992), “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (Auroux, 1992, p. 65).

ⁱⁱ A exogramatização (AUROUX, 1992) designa um tipo de transferência de tecnologia de gramatização de uma língua para outra língua.

ⁱⁱⁱ De acordo com Nunes (2008), *discurso documental* pode ser visto enquanto uma prática de arquivo, mediada pelas instituições e que produz uma memória institucionalizada, estabilizadora de sentidos. Ao participar da construção do arquivo, o discurso documental estabelece uma regionalização da memória da ciência.

^{iv} Sobre a grafia, Rodrigues esclarece: “A grafia dos nomes desses povos e de suas línguas (...) obedece basicamente a uma convenção promovida há trinta anos (1953) pela Associação Brasileira de Antropologia e desde então adotada não só pela maioria dos antropólogos e linguistas, mas também por muitos indigenistas e missionários” (RODRIGUES, 2002, p.10).

^v O artigo “Endangered languages in Brazil”, de Aryon Rodrigues, assim como “On the influence of indigenous languages on Brazilian Portuguese”, foi postumamente publicado na revista *D.E.L.T.A.*, v.30, n. especial, em homenagem ao autor – tal volume, pela diversidade de pesquisadores que nele escrevem, é fonte fundamental para as pesquisas na área.